



6^a

Conferência
da Cidade de
Florianópolis

TEMA: CONSTRUINDO A POLÍTICA DE
DESENVOLVIMENTO URBANO: CAMINHOS
PARA CIDADES INCLUSIVAS, DEMOCRÁTICAS,
SUSTENTÁVEIS

Florianópolis, 23 de maio de 2025.

SUMÁRIO

1. COMISSÃO ORGANIZADORA	1-6
2. INFORMAÇÕES DA CONFERÊNCIA	2-6
3. INTRODUÇÃO	3-7
4. PARTICIPANTES.....	4-8
5. EIXO 1: ARTICULAÇÃO ENTRE OS PRINCIPAIS SETORES URBANOS E COM O PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	5-12
6. EIXO 2: GESTÃO ESTRATÉGICA E FINANCIAMENTO.....	6-22
7. EIXO 3: GRANDES TEMAS TRANSVERSAIS	7-28
8. DELEGADOS	8-32
9. PROPOSTAS HOMOLOGADAS – RESULTADO GERAL	9-38
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	9-42

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Número de participantes por dia.....	4-8
Gráfico 2. Número de participantes total por categorias	4-9
Gráfico 3. Número de participantes total por segmentos	4-10
Gráfico 4. Número de participantes do eixo 1 por categorias.....	5-12
Gráfico 5. Número de participantes do eixo 1 por segmentos.....	5-13
Gráfico 6. Número de participantes do eixo 2 por categorias.....	6-22
Gráfico 7. Número de participantes do eixo 2 por segmentos.....	6-23
Gráfico 8. Número de participantes do eixo 3 por categorias.....	7-28
Gráfico 9. Número de participantes do eixo 3 por segmentos.....	7-29
Gráfico 10. Número de participantes da votação para delegados por categorias	8-33
Gráfico 11. Número de participantes da votação para delegados por segmentos	8-33
Gráfico 12. Número de candidatos à delegados por segmentos.....	8-34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número de participantes por categoria e dias da conferência.....	4-9
Tabela 2. Número de participantes por segmentos e dias da conferência....	4-10
Tabela 3. Número de propostas do eixo 1 por situação	5-14
Tabela 4. Propostas e temas apresentados pelo grupo do eixo 1.....	5-14
Tabela 5. Temas e propostas aprovadas pelo grupo do eixo 1.....	5-19
Tabela 6. Propostas homologadas do eixo 1 e número de votos obtidos	5-21
Tabela 7. Número de propostas do eixo 2 por situação	6-23
Tabela 8. Propostas e temas apresentados pelo grupo do eixo 2.....	6-24
Tabela 9. Temas e propostas aprovadas pelo grupo do eixo 2.....	6-26
Tabela 10. Propostas homologadas do eixo 2 e número de votos obtidos ...	6-27
Tabela 11. Número de propostas do eixo 3 por situação	7-29
Tabela 12. Propostas e temas apresentados pelo grupo do eixo 3.....	7-30
Tabela 13. Temas e propostas aprovadas pelo grupo do eixo 3.....	7-31
Tabela 14. Propostas homologadas do eixo 3 e número de votos obtidos ...	7-31
Tabela 15. Candidatos à delegado e resultado geral da votação.....	8-34
Tabela 16. Candidatos e eleitos à delegado	8-35
Tabela 17. Total de propostas apresentadas, aprovadas em grupo e homologadas.....	9-39
Tabela 18. Propostas aprovadas e homologadas e total de votos obtidos ...	9-39



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)

Desenvolvimento Urbano (PNDU)

Plano Plurianual (PPA)

Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU)

Secretaria de Planejamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Florianópolis (SMPHDU/PMF)

Grupos de Trabalho (GTs)



1. COMISSÃO ORGANIZADORA

Dados do ponto focal da Conferência:

Nome completo: Gisele dos Santos Machado

E-mail: gisele.smphdu@pmf.sc.gov.br

Telefone: (12) 99125-2910

Cargo: Diretora de Planejamento Urbano

Órgão: Secretaria de Planejamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Florianópolis (SMPHDU/PMF)

2. INFORMAÇÕES DA CONFERÊNCIA

Data de início da Conferência: 24/04/2025

Data de término da Conferência: 25/04/2025

Hora: Dia 24/04: 15:00 às 22:00 Dia 25/04: 10:00 às 22:00.

Local da Conferência: Auditório Deputada Antonieta de Barros
R. Dr. Jorge Luz Fontes, 310 - Centro, Florianópolis - SC, 88020-185

3. INTRODUÇÃO

Nos dias 24 e 25 de abril de 2025, foi realizada a 6ª Conferência da Cidade de Florianópolis, um importante espaço de participação democrática e diálogo entre representantes do poder público, da sociedade civil organizada, de movimentos sociais, de conselhos profissionais, de entidades acadêmicas e da população em geral. A conferência teve como principal objetivo discutir, formular e deliberar propostas voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável do município, com foco na construção de iniciativas públicas mais inclusivas, eficientes e voltadas ao bem-estar coletivo.

Durante os dois dias de evento, os participantes debateram temas fundamentais para o futuro da cidade. Ao final das discussões, foram selecionadas e homologadas 12 propostas consideradas mais relevantes e estratégicas, que serão encaminhadas à etapa estadual da Conferência das Cidades. A intenção é garantir que as demandas e prioridades locais estejam representadas nas deliberações em nível estadual, fortalecendo o pacto federativo e a articulação entre os diferentes níveis de governo.

A realização da 6ª Conferência da Cidade reafirma o compromisso de Florianópolis com a promoção da cidadania, da transparência e da escuta ativa da população nos processos de planejamento urbano. Este relatório tem por finalidade apresentar um panorama geral do evento, detalhar as etapas de organização e realização, sistematizar as propostas aprovadas e destacar os principais encaminhamentos definidos ao longo da conferência.

4. PARTICIPANTES

A 6ª Conferência Municipal da Cidade de Florianópolis tem como finalidade estabelecer agendas, metas e planos de ação para enfrentar os principais desafios urbanos do município, além de fortalecer a mobilização social e a participação popular. Esse direcionamento encontra respaldo no artigo 1º do Regimento Interno da Conferência, que define os seguintes objetivos:

“Art. 1º São objetivos da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Florianópolis:

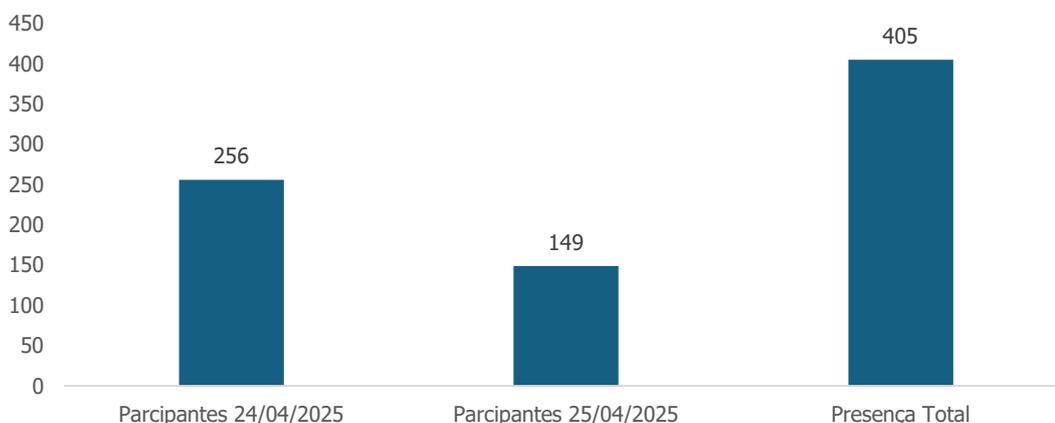
I - sensibilizar e mobilizar a sociedade para estabelecer agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade;

II -propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de gênero, idade, raça, etnia e pessoa com deficiência, para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre a função social da cidade e da propriedade; e

III - promover a interlocução entre autoridades e gestores públicos com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados às políticas locais e nacionais de desenvolvimento urbano.”

Assim, visando esses objetivos, durante os dois dias da conferência, 405 (quatrocentos e cinco) participantes prestigiaram e participaram ativamente do evento. No primeiro dia, 24/04/2025, foi registrada a presença de 256 (duzentos e cinquenta e seis) participantes e, no segundo dia, 25/04/2025, de 149 (cento e quarenta e nove).

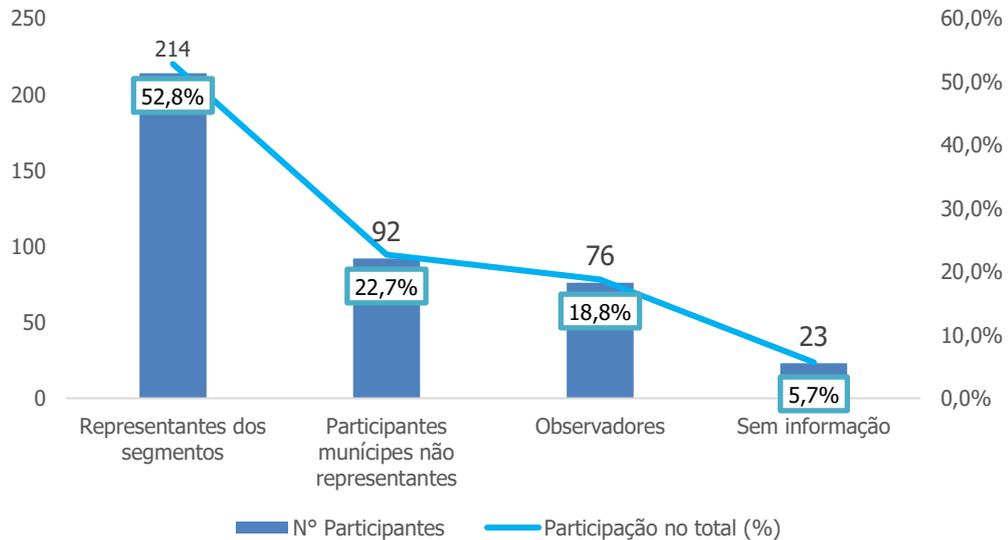
Gráfico 1. Número de participantes por dia



Fonte: Listas de presença assinada pelos participantes (2025)

Dentre as categorias dos participantes, a maioria foi de representantes dos segmentos com 214 (duzentos e quatorze) participantes e 52,8% do total, seguido de participantes municipais não representantes com 92 (noventa e dois) participantes e 22,7% do total.

Gráfico 2. Número de participantes total por categorias



Fonte: Listas de presença assinada pelos participantes (2025)

Os participantes por categorias divididos por dia do evento estão apresentados na tabela 1 a seguir:

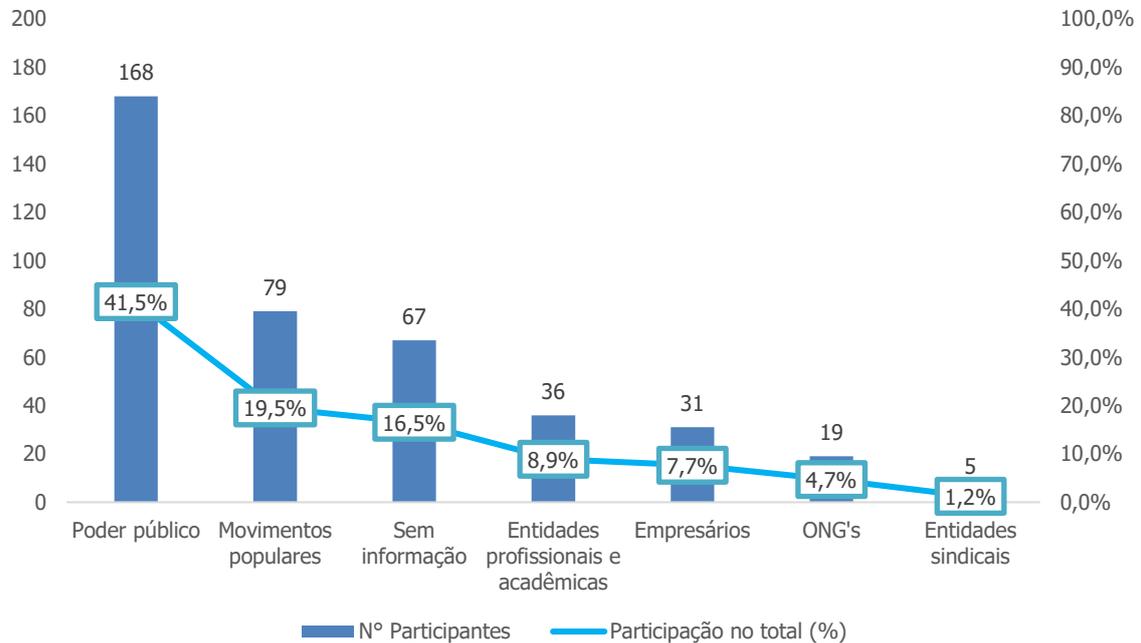
Tabela 1. Número de participantes por categoria e dias da conferência

Categorias	Participantes 24/04/2025	Participantes 25/04/2025	Presença Total
Observadores	60	16	76
Participantes municipais não representantes	68	24	92
Representantes dos segmentos	122	92	214
Sem informação	6	17	23
Total	256	149	405

Fonte: Listas de presença assinada pelos participantes (2025)

Dentre os segmentos ao qual os participantes pertenciam, a maioria foi do Poder público com 168 (cento e sessenta e oito) participantes e 41,5% do total, seguido de movimentos populares com 79 (setenta e nove) participantes e 19,5% do total.

Gráfico 3. Número de participantes total por segmentos



Fonte: Listas de presença assinada pelos participantes (2025)

Os participantes por segmentos divididos por dia do evento estão apresentados na tabela 2 a seguir:

Tabela 2. Número de participantes por segmentos e dias da conferência

Segmento a qual pertence	Participantes 24/04/2025	Participantes 25/04/2025	Presença Total
Empresários	24	7	31
Entidades profissionais e acadêmicas	25	11	36
Entidades sindicais	3	2	5
Movimentos populares	46	33	79
ONG's	9	10	19
Poder público	104	64	168
Sem informação	45	22	67
Total	256	149	405

Fonte: Listas de presença assinada pelos participantes (2025)

Nos capítulos a seguir, as informações serão apresentadas de forma organizada por temas, considerando que a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Florianópolis teve como eixo central a temática “Construindo a Política de Desenvolvimento Urbano: caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social”.

Para o desenvolvimento dessa temática, foram estruturados três eixos de discussão, conforme estabelecido nos incisos I, II e III do §2º do art. 3º do Regimento Interno da Conferência, assim definidos:

- Eixo 1 – Articulação entre os principais setores urbanos e o planejamento das políticas públicas;
- Eixo 2 – Gestão Estratégica e Financiamento;
- Eixo 3 – Grandes Temas Transversais.

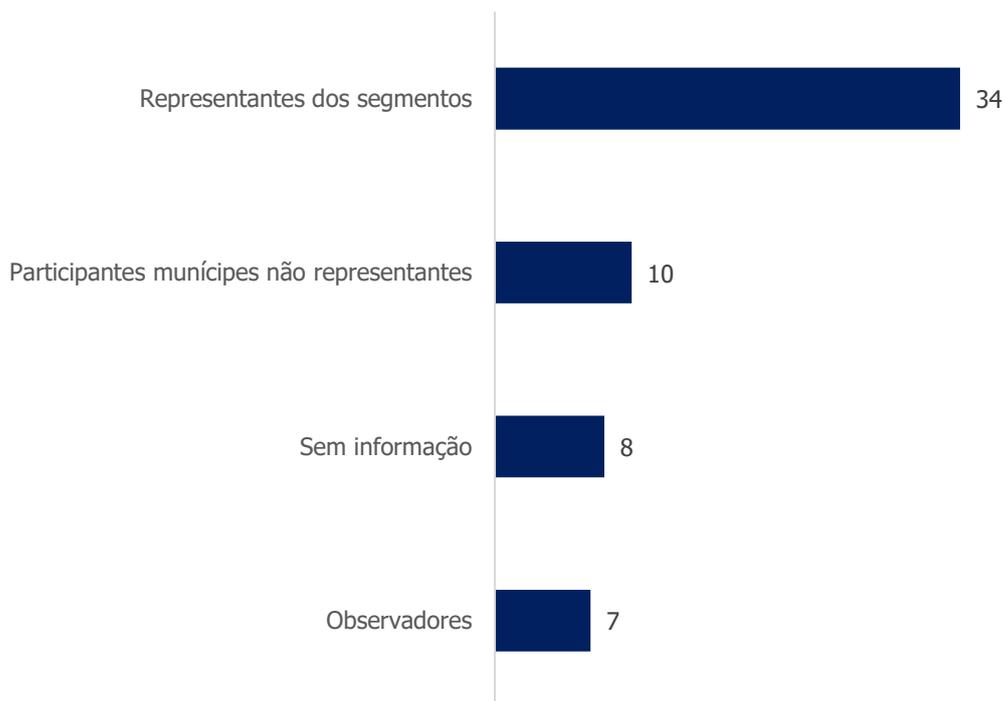
Cada eixo temático orientou os debates e a formulação das propostas durante os grupos de trabalho, possibilitando a construção coletiva de diretrizes para o desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo.

5. EIXO 1: ARTICULAÇÃO ENTRE OS PRINCIPAIS SETORES URBANOS E COM O PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Eixo 1, conforme disposto no inciso I do §2º do art. 3º do Regimento Interno da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Florianópolis, aborda a articulação entre os principais setores urbanos e o planejamento das políticas públicas, contemplando a articulação com o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, as políticas de habitação e regularização fundiária da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), a política de saneamento básico da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e a política de mobilidade urbana da PNDU.

A discussão do eixo 1 contou com 59 participantes com maior participação de Representantes dos segmentos (34), seguidos de participantes munícipes não representantes (10), Sem informação (8) e Observadores (7) conforme o gráfico a seguir:

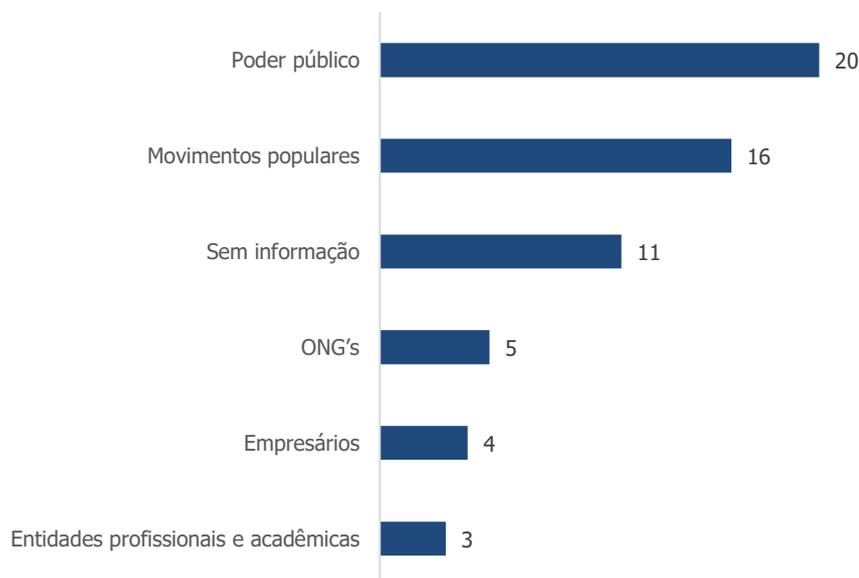
Gráfico 4. Número de participantes do eixo 1 por categorias



Fonte: Lista de presença grupo 1 (2025)

Quando separado pelos segmentos, o maior número de participantes se deu pelo Poder público (20), seguidos de movimentos populares (16), Sem informação (11), ONG's (5), Empresários (4), e Entidades profissionais e acadêmicas (3) conforme gráfico a seguir:

Gráfico 5. Número de participantes do eixo 1 por segmentos



Fonte: Lista de presença grupo 1 (2025)

As diretrizes que orientaram o funcionamento e a sistematização das propostas nos Grupos de Trabalho (GTs) durante a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Florianópolis encontram-se definidas no Capítulo II – Dos Grupos de Trabalho do Regulamento da Conferência.

O referido regulamento estabelece os seguintes parâmetros para a formulação e seleção das propostas:

“Art. 3º Cada Grupo de Trabalho formulará propostas tanto para o caderno municipal quanto para a etapa estadual.

§1º O GT elegerá até 6 (seis) propostas para a etapa estadual, que serão apresentadas e votadas na Plenária final. Caso ultrapasse o limite estabelecido, as propostas excedentes serão incorporadas no Relatório Final da 6ª Conferência da Cidade de Florianópolis, mas não serão apreciadas pela Plenária Final.

§2º As propostas de âmbito municipal de cada grupo de trabalho serão compiladas e comporão o Caderno Municipal.

3º As propostas sistematizadas devem ser validadas pelo GT, utilizando linguagem clara, objetiva e de fácil entendimento, contendo os elementos mais importantes, respeitando o limite máximo de 500 (quinhentos) caracteres.”

Essas diretrizes garantem que o processo de elaboração das propostas ocorra de forma organizada, transparente e em consonância com os princípios de participação social, assegurando, assim, a representatividade das demandas locais tanto no âmbito municipal quanto na etapa estadual do processo conferencial.

No eixo 1 foram discutidas 44 propostas das quais 6 (13,6% do total) foram aprovadas pelo grupo e 5 (11,4% do total) foram homologadas pela votação geral no final de conferência.

Tabela 3. Número de propostas do eixo 1 por situação

Situação das propostas	Propostas	Partic. (%) total
Propostas aprovados no grupo	6	13,6%
Homologadas	5	11,4%
Propostas apresentadas	44	100,0%

Fonte: Atas da conferência (2025)

Os 44 temas propostos e discutidos pelo grupo do eixo 1 estão na tabela a seguir:

Tabela 4. Propostas e temas apresentados pelo grupo do eixo 1

Tema	Teor da proposta
Tema: a. Articulação com o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027	Contra o orçamento impositivo e por orçamento participativo. Revogar o orçamento impositivo das emendas parlamentares municipais e fortalecer mecanismos de orçamento participativo na elaboração do PPA.
Tema: a. Articulação com o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027	Controle social na construção do PPA (Plano Plurianual) e LOAS (Lei Orçamentária Anual). Garantir a participação dos Conselhos Municipais, especialmente o Conselho da Cidade, na estruturação do PPA e LOAS, promovendo controle social, gestão democrática e orçamento participativo.
Tema: a. Articulação com o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027	Denúncia de desigualdade e defesa de direitos. Exigir dos governantes o cumprimento da Constituição e das leis sobre moradia e cidade justa, denunciando o favorecimento à classe dominante em detrimento do bem coletivo
Tema: a. Articulação com o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027	Garantia de recursos específicos no PPA e LOAS. Assegurar recursos específicos nas LOAS e no PPA para a implementação de planos e programas de mobilidade urbana, mudanças climáticas, habitação, saneamento e desenvolvimento urbano, garantindo a efetividade das políticas públicas.

Tema	Teor da proposta
Tema: a. Articulação com o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027	Gestão participativa de riscos e desastres. Criar programas municipais de gestão participativa de riscos e desastres, com comitês comunitários, educação para a resiliência urbana e fortalecimento da proteção civil.
Tema: a. Articulação com o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027	Percentuais definidos no PPA para políticas urbanas. Definir no PPA percentuais mínimos destinados às políticas de desenvolvimento urbano no Estado e nos Municípios, com base nas necessidades locais identificadas em processos participativos.
Tema: a. Articulação com o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027	Prédios públicos para habitação. Incluir no PPA a destinação de prédios públicos desocupados para políticas de habitação popular, com prioridade para famílias em situação de vulnerabilidade e movimentos populares organizado.
Tema: a. Articulação com o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027	Previsão de tarifa zero no PPA. Incluir no PPA a previsão orçamentária para a tarifa zero nos transportes públicos, com base em um programa nacional regulamentado, e garantir sua execução nas LOAS.
Tema: a. Articulação com o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027	Programa Cidades Melhores: projetos estruturantes. Criar e financiar, via PPA, projetos urbanísticos estruturantes para o desenvolvimento sustentável, com foco em áreas degradadas e subutilizadas, integrando infraestrutura, serviços e habitação social.
Tema: a. Articulação com o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027	Revisão e integração dos planos urbanísticos. Revisar os Planos Diretores e promover a integração com os planos de habitação, saneamento, meio ambiente e mobilidade, com base em diagnósticos territoriais e estudos sobre resiliência climática.
Tema: a. Articulação com o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027	Rubricas específicas na Política de Desenvolvimento Urbano. Criar rubricas específicas para a Política de Desenvolvimento Urbano no PPA estadual e municipal, garantindo a execução integrada de programas nacionais.
Tema: a. Articulação com o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027	Transversalidade entre áreas urbanas. Destinar recursos do PPA e LOA para ações transversais entre urbanismo, habitação, saneamento e meio ambiente, promovendo justiça climática e ambiental.
Tema: b. As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU.	Criação de banco de materiais para habitação. Criar um banco de materiais municipal voltado à habitação de interesse social, promovendo reaproveitamento e apoio à construção popular.
Tema: b. As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU.	Defesa dos bens públicos e função social da terra. Proibir a venda de terras públicas por entes federados, assegurando sua destinação à política urbana e ao cumprimento da função social da propriedade.
Tema: b. As políticas de habitação e regularização	Destinação de imóveis públicos para habitação social. Destinar imóveis públicos abandonados ou desocupados para programas de habitação social, com desapropriação após prazo de abandono. Priorizar movimentos populares e populações em situação de vulnerabilidade.

Tema	Teor da proposta
fundiária da PNDU.	
Tema: b. As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU.	Direcionamento e qualificação da gestão habitacional. Qualificar a estrutura de gestão de projetos habitacionais, com participação social e consulta pública. Priorizar atendimento à população de baixa renda em áreas urbanas e rurais.
Tema: b. As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU.	Efetivar arrecadação de imóveis abandonados. Aplicar o art. 64 da Lei Federal 13.465/17, com a arrecadação de imóveis abandonados e destinação à habitação de interesse social.
Tema: b. As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU.	Fortalecimento dos Conselhos com caráter deliberativo. Fortalecer os conselhos de participação social com caráter deliberativo nas três esferas de governo, garantindo controle social e efetividade das políticas públicas.
Tema: b. As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU.	Ocupação e recuperação ambiental dos morros. Fomentar a ocupação pública e sustentável dos morros da cidade, com recuperação ambiental e projetos urbanísticos voltados à inclusão social e à preservação ambiental.
Tema: b. As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU.	Participação comunitária na elaboração do Plano Diretor. Regularizar a atuação contínua do Conselho da Cidade nas comunidades, promovendo o acompanhamento da elaboração e execução do Plano Diretor Participativo.
Tema: b. As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU.	Planejamento urbano voltado à habitação e infraestrutura. Incentivar moradia próxima ao trabalho, lazer e serviços, concentrando a ocupação em áreas com infraestrutura urbana existente, para evitar o espraiamento urbano e fortalecer a mobilidade ativa.
Tema: b. As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU.	Plano Intermunicipal de Habitação da Grande Florianópolis. Elaborar um plano intermunicipal de habitação com articulação entre os municípios da Grande Florianópolis e o Estado, promovendo políticas integradas de desenvolvimento urbano.
Tema: b. As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU.	Política de locação social. Implementar política de locação social, com gestão pública ou público-privada, garantindo que o aluguel não comprometa mais de 20% da renda das famílias beneficiadas.
Tema: b. As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU.	Política habitacional para população em situação de rua - Criar programas habitacionais específicos para pessoas em situação de rua, com abordagem intersetorial: inserção social, capacitação profissional, saúde mental, e acesso ao Minha Casa Minha Vida.

Tema	Teor da proposta
Tema: b. As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU.	Prioridade para trabalhadores locais na habitação social. Dar prioridade em programas de habitação social a pessoas que trabalham e vivem em Florianópolis e região metropolitana.
Tema: b. As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU.	Reestruturação dos órgãos de habitação. Reconstituir a COHAB em novos moldes, com equipe qualificada e recursos. Reestruturar os órgãos municipais de habitação e planejamento urbano, sob controle social.
Tema: b. As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU.	Regulação do mercado e contenção da especulação imobiliária. Implementar instrumentos de regulação da exploração de aluguéis para contenção da especulação imobiliária e criar programas de moradia temporária para pessoas com risco habitacional ou em situação de rua.
Tema: b. As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU.	Regularização fundiária urbana e difusão das informações. Efetivar a regularização fundiária de ocupações por meio do REURB, Lar Legal e reurbanização. Divulgar para a população os mapas de áreas de risco e medidas necessárias.
Tema: b. As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU.	Requalificação urbana com foco social (retrofit) - Ativar programas de retrofit em áreas de interesse social e econômico. Regulamentar por decreto, juntamente ao setor municipal de patrimônio cultural, as edificações históricas e culturais que deverão ser excetuadas da Lei do retrofit dada a relevância histórico-cultural.
Tema: c. A Política de Saneamento Básico da PNDU.	Controle e Fiscalização. Monitoramento regular de pequenas ETEs em edifícios e loteamentos. Fiscalização da drenagem urbana, com manutenção preventiva em zonas de risco de alagamento. Controle dos aterramentos irregulares.
Tema: c. A Política de Saneamento Básico da PNDU.	Infraestrutura e Soluções Descentralizadas. Reconhecimento e apoio à implementação de sistemas de saneamento ecológicos individuais, como wetlands/zona de raízes, com suporte técnico da prefeitura para famílias sem recursos. Soluções baseadas na natureza nas zonas costeiras da Ilha e sistemas compactos para áreas centrais. Separação entre águas pluviais e esgoto sanitário nas redes públicas. Incentivo à criação de cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos. Recuperar, fortalecer e consolidar o interesse público na prestação dos serviços de saneamento, em coexistência e harmonia com a iniciativa privada, conforme preconiza o Marco Legal do Saneamento.
Tema: c. A Política de Saneamento Básico da PNDU.	Mudanças Climáticas e Prevenção de Riscos. Destinar recursos para adaptação à emergência climática, com mínimo de 10% do orçamento da União (LOA/PPA), incluindo captação de fundos internacionais. Implementar a revisão do Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR 2025) e promover Planos Comunitários de Gestão de Riscos de Desastres, com base nos critérios da Secretaria Nacional de Periferias. Ampliar o monitoramento de áreas de risco, atualizar o Plano de Contingência e fortalecer os NUPDECs, com foco na preparação da população. Sistema Único de Saúde Ambiental (SUSA): proposta de criação de um sistema público voltado à restauração ecológica e regeneração de ecossistemas. Destinação de verba de publicidade para produção jornalística sobre mudanças climáticas e prevenção de desastres.

Tema	Teor da proposta
Tema: c. A Política de Saneamento Básico da PNDU.	Parcerias e Participação. Incentivo à participação do setor privado na execução de projetos, sem comprometer o controle público. Criação de conselhos participativos na gestão do saneamento e fortalecimento da educação ambiental para uso racional da água e preservação. Gestão democrática e transparente das companhias de saneamento e de resíduos sólidos/limpeza urbana) CASAN e da COMCAP, com participação da sociedade civil, trabalhadores e usuários.
Tema: c. A Política de Saneamento Básico da PNDU.	Planejamento Integrado e Territorial. Obrigatoriedade da apresentação de planejamento urbano territorial com estudos de diagnóstico, capacidade de suporte, impacto ambiental e medidas de mitigação/adaptação às mudanças climáticas. O Plano Diretor deve ser articulado e executado juntamente com os planos setoriais de saneamento, mobilidade e infraestrutura urbana. Complementar a lei do Estatuto da Cidade com a obrigatoriedade pelos municípios da apresentação de planejamento urbano territorial com os estudos de diagnóstico, capacidade de suporte, impacto ambiental e mitigação e adaptação às mudanças climáticas. O plano diretor é apenas uma etapa do processo, sendo apresentado obrigatoriamente com os planos integrados de saneamento, mobilidade e infraestrutura urbana. A execução do planejamento deve ser feita concomitantemente, ou seja, plano diretor implementado juntamente com os planos setoriais.
Tema: c. A Política de Saneamento Básico da PNDU.	Planos e Governança. Elaboração e implementação do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico e Ambiental, com prioridade para áreas de baixa renda e sem emissão de efluentes nas baías (comunidades pesqueiras e maricultoras). Elaborar plano intermunicipal de saneamento ambiental da Grande Florianópolis, com foco na qualidade da água e salubridade dos ecossistemas costeiros. Fortalecer a COMCAP como empresa pública, com investimento em modernização, gestão democrática, e valorização dos trabalhadores. Proposta de atualização do Estatuto da Cidade, incluindo planejamento integrado, zoneamento ambiental e obrigatoriedade de Planos Diretores com foco na saúde territorial e mudanças climáticas.
Tema: c. A Política de Saneamento Básico da PNDU.	Proteção Ambiental e Conservação. Planos de manejo das Unidades de Conservação devem incluir o entorno, especialmente em áreas com aglomerados urbanos vulneráveis. Defender as UCs produtoras de água e zonas de amortecimento de enchentes, como a Lagoa do Peri e o Aquífero dos Ingleses.
Tema: c. A Política de Saneamento Básico da PNDU.	Universalização e Justiça Socioambiental. Garantir rede pública de saneamento, mesmo com o novo marco legal, com ampliação e fortalecimento de recursos e pessoal sob controle social. Universalização dos serviços com justiça social, tarifas acessíveis, e priorização das periferias, áreas rurais e comunidades tradicionais. Não liberação de obras em áreas sem infraestrutura de saneamento e drenagem.
Tema: d. A Política de Mobilidade Urbana da PNDU.	Educação, governança e fiscalização. Campanhas de educação para respeito e segurança na mobilidade urbana. Transparência nas informações do sistema de transporte. Regulamentação de novos modais (patinetes, scooters, etc.). Integração da mobilidade com sistemas de segurança pública. Implementar uma política de mobilidade sustentável, ambientalmente responsável, garantindo a intermodalidade com transporte público e priorizando a mobilidade ativa, com calçadas acessíveis e ciclovias seguras. Estabelecer regras de redução de velocidades nas vias urbanas para a segurança de pedestres e ciclistas. Desenvolver uma rede contínua de espaços públicos, vias e praças, que articulem mobilidade ativa, acessibilidade universal, segurança urbana e arborização, adaptando-se à morfologia das cidades - com suas encostas, planícies e áreas costeiras - para promover deslocamentos seguros equitativos e ambientalmente qualificados.
Tema: d. A Política de Mobilidade	Intermodalidade e integração metropolitana. Implantação de modais alternativos (VLT, balsa, transporte marítimo) e estudo técnico sobre sua viabilidade. Interligação do transporte urbano nas regiões metropolitanas, com

Tema	Teor da proposta
Urbana da PNDU.	planejamento integrado e planos metropolitanos de mobilidade. Reativação do Conselho Municipal de Transporte com participação popular
Tema: d. A Política de Mobilidade Urbana da PNDU.	Planejamento urbano e justiça territorial. Priorizar o transporte coletivo em planos especiais de urbanização com foco em habitação de interesse social. Proposta para requalificação de vias com declividade acentuada, visando acessibilidade. Inclusão no Plano Diretor Participativo da titulação e demarcação dos territórios tradicionais, com consulta prévia conforme a Convenção 169 da OIT. Proposta de que imóveis com valor histórico sejam definidos por decreto para não entrarem automaticamente na Lei do retrofit.
Tema: d. A Política de Mobilidade Urbana da PNDU.	Prioridade à mobilidade ativa e coletiva. Promoção de um sistema de mobilidade sustentável, com prioridade a pedestres, ciclistas e transporte público coletivo. Criação e manutenção de calçadas acessíveis e seguras, com infraestrutura adequada a pessoas idosas e com deficiência. Incentivo ao deslocamento a pé e de bicicleta, com infraestrutura de ciclovias iluminadas e sinalizadas, rede contínua de vias e intermodalidade com o transporte público. Desenvolver uma rede contínua de espaços públicos, vias e praças, que articulem mobilidade ativa, acessibilidade universal, segurança urbana e arborização, adaptando-se à morfologia da cidade - com suas encostas, planícies e áreas costeiras - para promover deslocamentos seguros equitativos e ambientalmente qualificados. Redução de velocidades em áreas urbanas, principalmente em zonas de amortecimento de UCs e núcleos urbanos.
Tema: d. A Política de Mobilidade Urbana da PNDU.	Qualidade do serviço e infraestrutura. Substituição de frota com foco em acessibilidade e eficiência energética. Criação de vias exclusivas para transporte coletivo, com uso de tecnologia e inteligência para horários e rotas. Implantação de garagens públicas de ônibus espaços de intermodalidade (bicicletários, integração Formiguinha/Tradicional).
Tema: d. A Política de Mobilidade Urbana da PNDU.	Sustentabilidade e mudanças climáticas. Redução de impactos ambientais, transição energética e uso de energias renováveis no transporte público. Propostas de infraestrutura urbana verde articulada com mobilidade: drenagem urbana sustentável, arborização e conforto térmico.
Tema: d. A Política de Mobilidade Urbana da PNDU.	Tarifa zero e transporte público de qualidade. Apoio à tarifa zero para todos os usuários de Florianópolis e aprovação da PEC 25, que cria o Sistema Único de Mobilidade com financiamento tripartite. Propostas para municipalização do transporte coletivo, com criação de empresa pública com controle social e rompimento com o monopólio do transporte coletivo. Controle público do sistema de transporte e gestão tarifária pelo Conselho do Transporte. Criação de Fundo Municipal de Mobilidade Urbana para custeio da tarifa zero e municipalizar o transporte público e coletivo.

Fonte: Atas da conferência (2025)

Das 44 propostas, 6 delas foram aprovadas pelo grupo e estão descritas na tabela a seguir:

Tabela 5. Temas e propostas aprovadas pelo grupo do eixo 1

Tema	Teor da proposta
Tema: a. Articulação com o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027	Assegurar recursos específicos no PPA e LOAS para a implementação de planos e programas de mobilidade urbana; mudanças climáticas; habitação; saneamento e desenvolvimento urbano. Garantir a participação dos Conselhos Municipais e o Conselho da Cidade; na construção desses planos; promovendo controle social; orçamento participativo e gestão democrática; definindo percentuais mínimos para políticas urbanas; com base nas necessidades locais identificadas em processos participativos da sociedade.
Tema: b. As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU.	Destinar imóveis e terras públicas desocupadas à habitação social; proibindo sua venda por entes federados. Executar a arrecadação de imóveis abandonados para destinação para a política de habitação social. Priorizar na política a destinação para movimentos populares de moradia e populações vulneráveis; como população em situação de rua; em consonância com a função social da propriedade.
Tema: b. As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU.	Elaborar planos intermunicipais de habitação em regiões metropolitanas; articulando municípios e Estado para garantir integração na política pública. Implementar locação social com gestão pública ou público-privada; assegurando que o aluguel não ultrapasse 20% da renda familiar das beneficiadas; perante subsídio público foi aprovado. Aprovar e implementar nos municípios programas de Assistência Técnica gratuita para Habitação de Interesse Social (ATHIS).
Tema: c. A Política de Saneamento Básico da PNDU.	Apoiar a implementação de sistemas de saneamento ecológicos individuais bem como de cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos; com suporte técnico para famílias sem recursos; Implementar soluções baseadas na natureza nas zonas costeiras e sistemas compactos para áreas centrais; separar águas pluviais e esgoto sanitário nas redes públicas; Recuperar; fortalecer e consolidar o interesse público na prestação dos serviços de saneamento; em coexistência e harmonia com a iniciativa privada; conforme preconiza o Marco Legal do Saneamento.
Tema: d. A Política de Mobilidade Urbana da PNDU.	Implementar políticas de mobilidade sustentável; ambientalmente responsável; garantindo a intermodalidade com transporte público integrado e priorizando a mobilidade ativa desenvolvendo uma rede contínua de espaços públicos; vias e praças; que articulem mobilidade ativa; acessibilidade universal; segurança urbana e arborização; adaptando-se à morfologia da cidade; para promover deslocamentos seguros equitativos e ambientalmente qualificados. Estabelecer regras de redução de velocidades nas vias urbanas para a segurança de pedestres e ciclistas.
Tema: d. A Política de Mobilidade Urbana da PNDU.	Integração do transporte urbano nas regiões metropolitanas; com implantação de modais alternativos como por exemplo VLT; transporte marítimo. Garantir o controle público no sistema de transporte. Construir uma política pública de custeio da tarifa zero com fundos municipais de mobilidade urbana e previsão de rubricas específicas nas leis orçamentárias.

Fonte: Atas da conferência (2025)

Das 6 propostas aprovadas pelo grupo, 5 delas foram votadas e homologadas conforme a tabela 6 a seguir:

Tabela 6. Propostas homologadas do eixo 1 e número de votos obtidos

Tema	Teor das propostas	Votos
Tema: c. A Política de Saneamento Básico da PNDU.	Apoiar a implementação de sistemas de saneamento ecológicos individuais bem como de cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos, com suporte técnico para familiar sem recursos; Implementar soluções baseadas na natureza nas zonas costeiras e sistemas compactos para áreas centrais; separa águas pluviais e esgoto sanitários nas redes públicas; Recupera, fortalecer e consolidar o interesse público na prestação dos serviços de saneamento, em coexistência e harmonia com a iniciativa privadas conforme preconiza o Marco Legal do Saneamento.	34
Tema: a. Articulação com o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027	Assegurar recursos específicos no PPA e LOAS para a implementação de planos e programas de mobilidades urbana, mudanças climáticas, habitação, saneamento e desenvolvimento urbano. Garantir a participação dos Conselhos Municipais e o Conselho da Cidade, na construção desses planos, promovendo controle social, orçamento participativo e gestão democrática, definindo percentuais mínimos para políticas urbanas, com base nas necessidades locais identificadas em processos participativos da sociedade.	38
Tema: b. As políticas de habitação e regularização fundiária da PNDU.	Elaborar planos intermunicipais de habitação em regiões metropolitanas, articulando municípios e Estado para garantir integração na política pública. Implementar locação social com gestão pública ou público-privado assegurando, mediante subsídio público, que o aluguel não ultrapasse 20% da renda familiar das beneficiadas. Aprovar e implementar nos municípios programas de assistência técnica gratuita para Habitação de Interesse Social (ATHIS).	38
Tema: d. A Política de Mobilidade Urbana da PNDU.	Implementar políticas de mobilidades sustentável, ambientalmente responsável, garantindo a intermodalidade com transporte público integrado e priorizando a mobilidade ativa desenvolvendo uma rede contínua de espaços públicos, vias e praças, que articulem mobilidade ativa, acessibilidade universal, segurança urbana e arborização, adaptando-se à morfologia da cidade, para promover deslocamentos seguros equitativos e ambientalmente qualificados. Estabelecer regras de redução de velocidade nas vias urbanas para a segurança de pedestres e ciclistas.	42
Tema: d. A Política de Mobilidade Urbana da PNDU.	Integração do transporte urbano nas regiões metropolitanas, com modais alternativos como por exemplo VLT, transporte marítimo. Garantir o controle público no sistema de transporte. Construir uma política pública de custeio da tarifa zero com fundos municipais de mobilidade urbana e previsão de rubricas específicas nas leis orçamentárias.	31

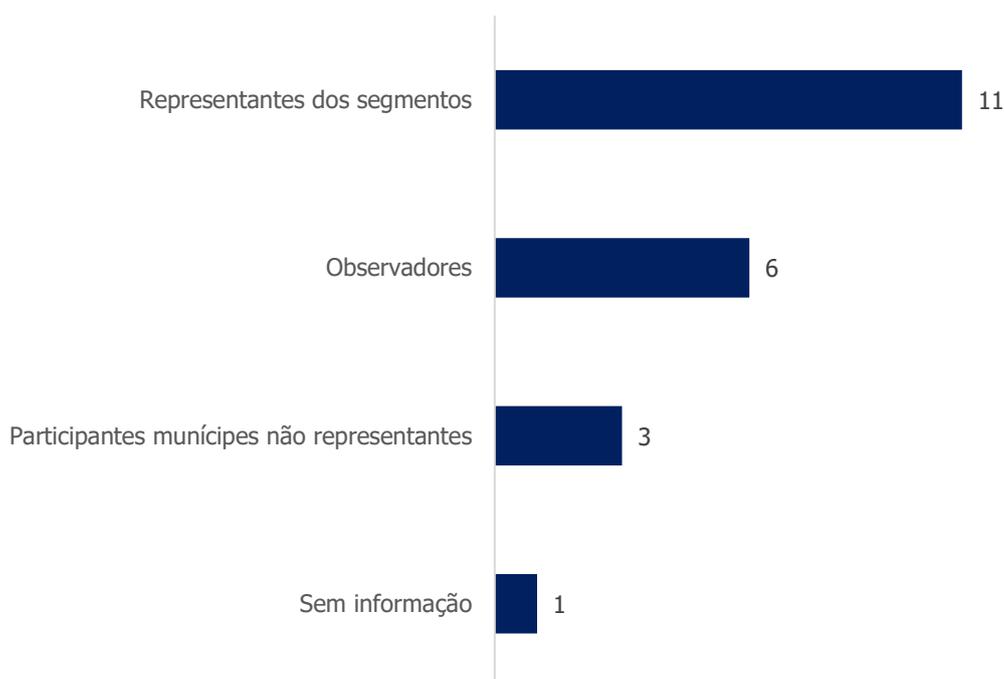
Fonte: Atas da conferência (2025)

6. EIXO 2: GESTÃO ESTRATÉGICA E FINANCIAMENTO

O Eixo 2, conforme disposto no inciso II do §2º do art. 3º do Regimento Interno da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Florianópolis, denominado Gestão Estratégica e Financiamento, aborda temas relacionados à gestão interfederativa, cooperação e consórcios; gestão das regiões metropolitanas; controle social e gestão democrática das cidades; Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU) e financiamento da PNDU, com foco em mecanismos fiscais e extrafiscais de âmbito local.

A discussão do eixo 2 contou com 21 participantes com maior participação de Representantes dos segmentos (11), seguidos de Observadores (6), participantes municipais não representantes (3) e Sem informação (1) conforme o gráfico a seguir:

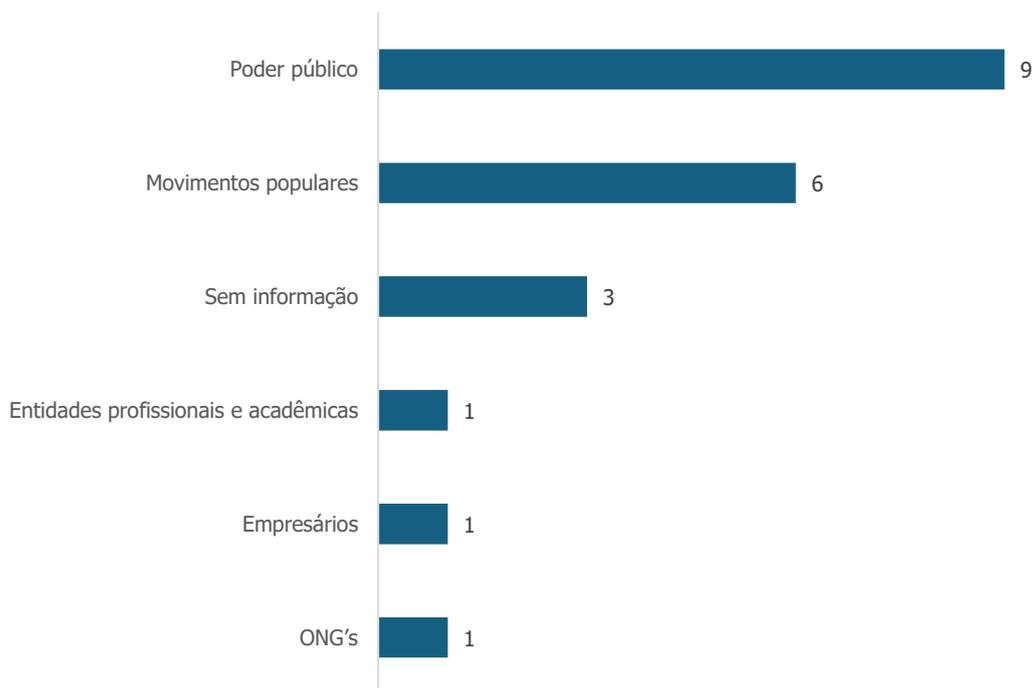
Gráfico 6. Número de participantes do eixo 2 por categorias



Fonte: Lista de presença do grupo 2 (2025)

Quando separado pelos segmentos, o maior número de participantes se deu pelo Poder público (9), seguidos Movimento Populares (6), Sem informação (3), Entidades profissionais e acadêmicas (1), Empresários (1) e ONG's (1) conforme gráfico a seguir:

Gráfico 7. Número de participantes do eixo 2 por segmentos



Fonte: Lista de presença do grupo 2 (2025)

No eixo 2 foram discutidas 16 propostas das quais 6 (37,5% do total) foram aprovadas pelo grupo e 4 (25,0% do total) foram homologadas pela votação geral no final de conferência.

Tabela 7. Número de propostas do eixo 2 por situação

Situação das propostas	Propostas	Partic. (%) total
Propostas aprovadas no grupo	6	37,5%
Homologadas	4	25,0%
Propostas apresentadas	16	100,0%

Fonte: Atas da conferência (2025)

Os 16 temas propostos e discutidos pelo grupo do eixo 2 estão na tabela a seguir:

Tabela 8. Propostas e temas apresentados pelo grupo do eixo 2

Tema	Teor das propostas
Tema: c. Controle Social e gestão democrática das cidades.	Criar instâncias cogestoras nos projetos federais implantados nos territórios (controle e participação nas decisões sobre planos, projetos, execução e no pós-obras e serviços). Essas instâncias devem ser compostas pelos sujeitos e agentes coletivos que atuam nos territórios (entidades comunitárias, movimentos sociais, ONGs), incluindo assessoria técnica.
Tema: c. Controle Social e gestão democrática das cidades.	Criar, capacitar e valorizar equipes técnicas profissionais multidisciplinares pelos entes federados, especialmente municípios para atuar na implementação das políticas públicas de gestão e planejamento do território, com abertura de vagas e/ou contratação em quantidade e especialidade.
Tema: c. Controle Social e gestão democrática das cidades.	Implantar a tarifa zero no transporte coletivo a partir da instituição de um sistema de financiamento que onere o uso do transporte individual motorizado.
Tema: c. Controle Social e gestão democrática das cidades.	Implantar o orçamento participativo municipal, que possibilite a efetiva participação da sociedade na definição das prioridades e no controle social da aplicação dos recursos.
Tema: c. Controle Social e gestão democrática das cidades.	Instituir a obrigatoriedade de implantação do orçamento participativo municipal de modo a possibilitar a efetiva participação da sociedade na definição das prioridades e no controle social da aplicação dos recursos.
Tema: c. Controle Social e gestão democrática das cidades.	Instituir o fundo nacional de transporte público com a finalidade de assegurar recursos para o subsídio das tarifas dos serviços de transporte público coletivo urbano, semiurbano ou metropolitano dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme PL n. 3413/2024.
Tema: c. Controle Social e gestão democrática das cidades.	Promover serviços públicos gratuitos de assistência técnica multissetorial nos territórios periféricos, como ATHIS (assistência técnica em habitação de interesse social), podendo ser efetivado a partir de escritórios locais ou da incorporação dos serviços às estruturas e equipamentos estatais existentes nesses territórios.
Tema: d. O Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU).	Implantar, a partir da instituição do SNDU, destinação de recursos para financiamento das conferências e conselhos municipais, estaduais e federal.
Tema: d. O Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU).	Integrar o SNDU a um sistema nacional de monitoramento do IBS para auditar a arrecadação do IBS em cada município e verificar a parcela destinada a projetos da PNDU (ex.: habitação social, universalização do saneamento).
Tema: e. Financiamento da PNDU: Mecanismos Fiscais e Extrafiscais de âmbito local	Criar incentivos federais para os municípios que implementarem e atualizarem com sucesso o Cadastro Territorial Multifinalitário e a Planta Genérica de Valores, visando a efetividade da arrecadação de receitas próprias e seu investimento na qualificação urbana, bem como o desenvolvimento de políticas públicas baseadas em informações.
Tema: e. Financiamento	Estabelecer, via Estatuto da Cidade, percentuais mínimos para aplicação da outorga onerosa do direito de construir em habitação de interesse social.

Tema	Teor das propostas
da PNDU: Mecanismos Fiscais e Extrafiscais de âmbito local	
Tema: e. Financiamento da PNDU: Mecanismos Fiscais e Extrafiscais de âmbito local	Financiar a implantação do manejo de águas pluviais mediante a cobrança de uma taxa vinculada à área impermeável do terreno com alíquotas proporcionais ao impacto no sistema pluvial. A arrecadação será vinculada a obras de drenagem sustentável, com incentivos fiscais para quem adotar soluções como jardins de chuva, filtrantes e telhados verdes. Municípios terão apoio técnico e financeiro federal.
Tema: e. Financiamento da PNDU: Mecanismos Fiscais e Extrafiscais de âmbito local	Implantar indicadores ambientais para fins de repasse do IBS, além da cota parte, que considerem a preservação de nascentes.
Tema: e. Financiamento da PNDU: Mecanismos Fiscais e Extrafiscais de âmbito local	Prever e garantir instrumentos no PNDU que permitam a cobrança pelo uso dos recursos naturais.
Tema: e. Financiamento da PNDU: Mecanismos Fiscais e Extrafiscais de âmbito local	Regulamentar o TDC-Verde.
Temas: a. Gestão Interfederativa, cooperação e consórcios. b. Gestão das regiões metropolitanas	Promover a efetivar o modelo de governança interfederativa das regiões metropolitanas, de modo a equilibrar as relações e o desenvolvimento dos estados e municípios de diferentes portes, fortalecendo de instrumentos de financiamento e gestão de políticas públicas, como consórcios e convênios municipais, bem como instituindo o fundo nacional de regiões metropolitanas, conforme previa originalmente o estatuto da metrópole.

Fonte: Atas da conferência (2025)

Das 16 propostas, 6 delas foram aprovadas pelo grupo e estão descritas na tabela a seguir:

Tabela 9. Temas e propostas aprovadas pelo grupo do eixo 2

Tema	Teor das propostas
Tema: c. Controle Social e gestão democrática das cidades.	Instituir a obrigatoriedade de implantação do orçamento participativo municipal de modo a possibilitar a efetiva participação da sociedade na definição das prioridades e no controle social da aplicação dos recursos. Com cinco votos registrados
Tema: c. Controle Social e gestão democrática das cidades.	Instituir o fundo nacional de transporte público com a finalidade de assegurar recursos para o subsídio das tarifas dos serviços de transporte público coletivo urbano, semiurbano ou metropolitano dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme PL n. 3413/2024. Com sete votos registrados.
Tema: e. Financiamento da PNDU: Mecanismos Fiscais e Extrafiscais de âmbito local	Criar incentivos federais para os municípios que implementarem e atualizarem com sucesso o Cadastro Territorial Multifinalitário e a Planta Genérica de Valores, visando a efetividade da arrecadação de receitas próprias e seu investimento na qualificação urbana, bem como o desenvolvimento de políticas públicas baseadas em informações. Com nove votos registrados.
Tema: e. Financiamento da PNDU: Mecanismos Fiscais e Extrafiscais de âmbito local	Estabelecer, via Estatuto da Cidade, percentuais mínimos para aplicação da outorga onerosa do direito de construir em habitação de interesse social. Com sete votos registrados
Tema: e. Financiamento da PNDU: Mecanismos Fiscais e Extrafiscais de âmbito local	Prever e garantir instrumentos no PNDU que permitam a cobrança pelo uso dos recursos naturais. Com cinco votos registrados
Temas: a. Gestão Interfederativa, cooperação e consórcios. b. Gestão das regiões metropolitanas	Promover e efetivar modelo de governança interfederativa das regiões metropolitanas, de modo a equilibrar as relações e o desenvolvimento dos estados e municípios de diferentes portes, fortalecendo instrumentos de financiamento e gestão de políticas públicas, como consórcios e convênios municipais, bem como instituindo o fundo nacional de regiões metropolitanas (conforme previa originalmente o Estatuto da MetrÓpole). Com oito votos registrados

Fonte: Atas da conferência (2025)

Das 6 propostas aprovadas pelo grupo, 4 delas foram votadas e homologadas conforme a tabela a seguir:

Tabela 10. Propostas homologadas do eixo 2 e número de votos obtidos

Tema	Teor das propostas	Votos
Tema: e. Financiamento da PNDU: Mecanismos Fiscais e Extrafiscais de âmbito local	Criar incentivos federais para os municípios que implementarem e atualizarem com sucesso o Cadastro Territorial Multifinalitário e urbana, bem como o desenvolvimento de políticas públicas baseadas em informações.	28
Tema: c. Controle Social e gestão democrática das cidades.	Instituir fundo nacional de transporte público com a finalidade de assegurar recursos para a subsídio das tarifas dos serviços de transporte público coletivo urbano, semiurbano ou metropolitano dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme PL n. 3413/2023, com aprovação do sistema único de mobilidade (SUM).	31
Tema: e. Financiamento da PNDU: Mecanismos Fiscais e Extrafiscais de âmbito local	Prever e garantir instrumentos no PNDU que possibilite a regulação e o controle sobre a exploração dos recursos naturais para a prevenção da mercantilização dos bens comuns.	27
Temas: a. Gestão Interfederativa, cooperação e consórcios. b. Gestão das regiões metropolitanas	Promover e efetivar modelo de governo interfederativas das regiões metropolitanas, de modo a equilibrar as relações e o desenvolvimento dos estados e municípios de diferentes portes, bem como instituindo o fundo nacional de regiões metropolitanas (conforme previa originalmente o Estado da Metrópole).	42

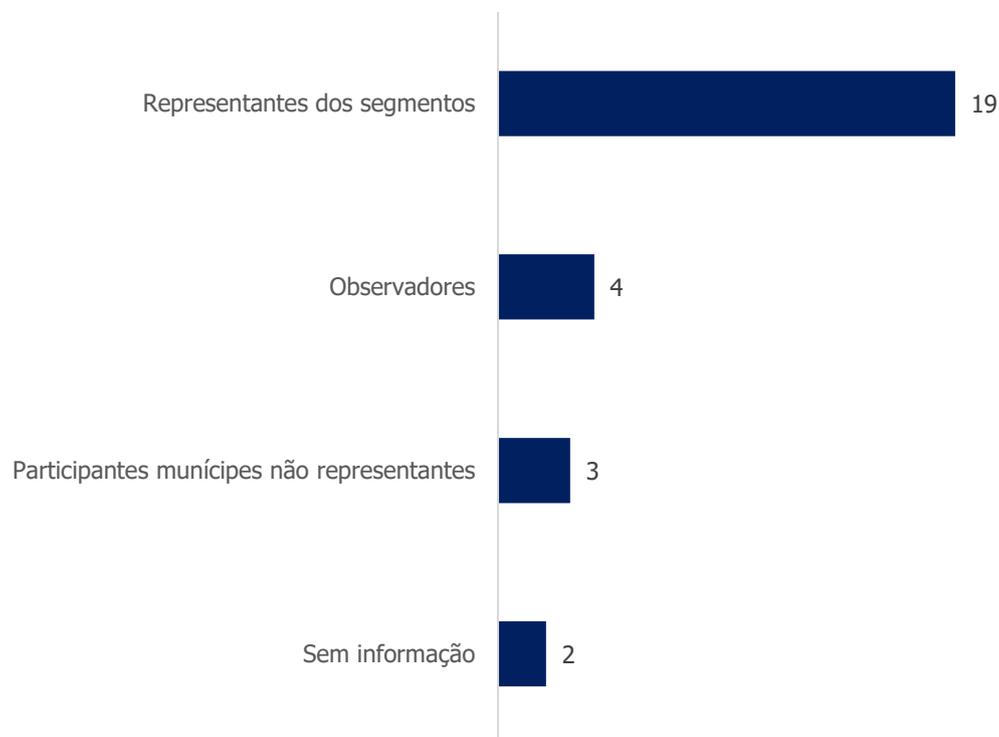
Fonte: Atas da conferência (2025)

7. EIXO 3: GRANDES TEMAS TRANSVERSAIS

O Eixo 2, conforme disposto no inciso III do §2º do art. 3º do Regimento Interno da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Florianópolis, intitulado Grandes Temas Transversais, contempla os seguintes temas: sustentabilidade ambiental e emergências climáticas; transformação digital e território; e segurança pública, com ênfase no enfrentamento ao controle armado dos territórios populares.

Na discussão do eixo 3 contaram com 28 participantes com maior participação de Representantes dos segmentos (19), seguidos de Observadores (4), participantes munícipes não representantes (3) e Sem informação (2) conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 8. Número de participantes do eixo 3 por categorias



Fonte: Lista de presença do grupo 3 (2025)

Quando separado pelos segmentos, o maior número de participantes se deu pelo Poder público (13), seguidos de Sem informação (5), ONG's (3), Movimentos

Populares (3), Entidades profissionais e acadêmicas (2), Entidades Sindicais (1) e Empresários (1) conforme gráfico a seguir:

Gráfico 9. Número de participantes do eixo 3 por segmentos



Fonte: Lista de presença do grupo 3 (2025)

No eixo 3 foram discutidas 19 propostas das quais 6 (31,6% do total) foram aprovadas pelo grupo e 3 (15,8% do total) foram homologadas pela votação geral no final da conferência.

Tabela 11. Número de propostas do eixo 3 por situação

Situação das propostas	Propostas	Partic. (%) total
Propostas aprovadas no grupo	6	31,6%
Homologadas	3	15,8%
Propostas apresentadas	19	100,0%

Fonte: Atas da conferência (2025)

Os 19 temas propostos e discutidos pelo grupo do eixo 3 estão na tabela a seguir:

Tabela 12. Propostas e temas apresentados pelo grupo do eixo 3

Teor da proposta
Ampliar a aplicação das novas tecnologias de código aberto na gestão urbana, visando enfrentar os desafios da cidade com informações mais atualizadas e respostas mais ágeis. Estruturar bancos de dados abertos, integrados, interoperáveis.
Aplicar a obrigatoriedade legal de integração entre os planos setoriais prevista no plano diretor.
Criar a política estadual de desenvolvimento urbano.
Criar um programa de retrofit para o estoque existente de edificações, históricas ou não, para sua atualização e maior eficiência na questão energética e economia de água.
Estabelecer um plano municipal de arborização urbana, bem como políticas públicas de arborização de forma a ampliar o índice de arborização da cidade, distribuído entre os distritos, e garantir a colocação entre as cidades mais arborizadas do país.
Estender o Plano Nacional de redução de áreas de riscos para além dos fenômenos perigosos que ocorrem em encostas, incluindo os fenômenos que ocorrem nas planícies, como enchentes, inundações, alagamentos e erosão costeira.
Fortalecer o fórum participativo estadual sobre mudanças climáticas.
Garantir a presença do poder público nos espaços das comunidades, com acesso à segurança, serviços públicos, cultura, bibliotecas por bairros e lazer.
Implementar a justiça territorial, assegurando que os recursos sejam distribuídos de maneira equitativa, de modo que nenhum bairro receba investimentos enquanto outros permanecem sem a infraestrutura mínima necessária. Promover a justiça territorial em áreas sem infraestrutura ou com infraestrutura insuficiente, contribuindo para coibir a atuação de grupos criminosos, garantindo o controle público sobre o território.
Implementar o plano de manejo sustentável das águas pluviais, tanto nos terrenos privados quanto na drenagem pública, de forma a garantir a permeabilidade eficiente do solo urbano, considerando as externalidades de enfrentamento dos problemas ambientais em cada caso de projeto e promover a participação democrática em busca por solução baseada na natureza.
Implementar plano baseado em índices de referência (benchmark) para edificações, voltado para o consumo de energia elétrica e água, considerando-se a geração de energia e a captação de água. A implementação deverá iniciar-se pelos edifícios comerciais, considerando uma metragem específica, com a possibilidade de, a longo prazo, expandir-se para outros tipos de edificações.
Implementar sistema de participação popular no planejamento urbano e tomada de decisões utilizando tecnologias atuais, como blockchain e outras de código aberto, para transparência e celeridade nas decisões tomadas.
Integrar e fortalecer os órgãos de gestão e fiscalização ambiental no planejamento urbano.
Realizar estudos aprofundados acerca das causas dos fluxos migratórios, bem como explorar possibilidades de redução ou eliminação dessas causas.
Respeitar o Plano Nacional de Mobilidade: priorizar a mobilidade ativa, melhorar o transporte público, inclusive a conexão intermunicipal, implementar uma política de estacionamento, especialmente nos polos geradores de tráfego, garantindo a melhoria da mobilidade e consequente redução dos gases de efeito estufa.
Responsabilizar, legalmente, os gestores públicos pelos desastres naturais causados por obras que, por eles, foram autorizadas.
Revisar o Estatuto da Cidade para que preveja a implantação de arborização urbana.
Revisar os artigos do plano diretor que permitem a ocupação das áreas ambientalmente frágeis.
Utilizar índice de áreas verdes de lazer para a identificação de bairros com pouca área verde e desapropriar áreas privadas para a construção de praças em bairros cujo índice indique carência destas áreas, buscando atender as recomendações da OMS ou outras instituições referência.

Fonte: Atas da conferência (2025)

Das 19 propostas, 6 delas foram aprovadas pelo grupo e estão descritas na tabela a seguir:

Tabela 13. Temas e propostas aprovadas pelo grupo do eixo 3

Teor da proposta
Criar a política estadual de desenvolvimento urbano.
Implementar a justiça territorial, assegurando que os recursos sejam distribuídos de maneira equitativa, de modo que nenhum bairro receba investimentos enquanto outros permanecem sem a infraestrutura mínima necessária. Promover a justiça territorial em áreas sem infraestrutura ou com infraestrutura insuficiente, contribuindo para coibir a atuação de grupos criminosos, garantido o controle público sobre o território.
Implementar sistema de participação popular no planejamento urbano e tomada de decisões utilizando tecnologias atuais, como blockchain e outras de código aberto, para transparência e celeridade nas decisões tomadas.
Criar um programa de retrofit para o estoque existente de edificações, históricas ou não, para sua atualização e maior eficiência na questão energética e economia de água.
Estender o Plano Nacional de redução de áreas de riscos para além dos fenômenos perigosos que ocorrem em encostas, incluindo os fenômenos que ocorrem nas planícies, como enchentes, inundações, alagamentos e erosão costeira.
Respeitar o Plano Nacional de Mobilidade: priorizar a mobilidade ativa, melhorar o transporte público, inclusive a conexão intermunicipal, implementar uma política de estacionamento, especialmente nos polos geradores de tráfego, garantindo a melhoria da mobilidade e consequente redução dos gases de efeito estufa.

Fonte: Atas da conferência (2025)

Das 6 propostas aprovadas pelo grupo, 3 delas foram votadas e homologadas conforme a tabela a seguir:

Tabela 14. Propostas homologadas do eixo 3 e número de votos obtidos

Teor das propostas	Votos
Estender o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas à Desastre Naturais para além dos fenômenos perigosos que ocorrem em encostas, incluindo os fenômenos que ocorrem nas planícies, como enchentes, inundações, alagamento e erosão costeiras	40
Implementar sistema de participação popular no planejamento e tomada de decisões, de forma presencial, utilizando tecnologias atuais, como blockchain e código aberto, para transparência e celeridade nas decisões tomadas	32
Promover a justiça territorial em áreas sem infraestrutura ou com infraestrutura insuficiente, contribuindo para coibir a atuação de grupos criminosos, garantindo o controle público sobre os territórios populares	34

Fonte: Atas da conferência (2025)

8. DELEGADOS

Os delegados e delegadas eleitos(as) atuarão como representantes do município de Florianópolis na 6ª Conferência Estadual das Cidades, com direito a voz e voto no processo de apreciação e aprovação das propostas.

A eleição dos delegados deve observar rigorosamente os critérios de representatividade e proporcionalidade estabelecidos no Art. 14 da Portaria MCID nº 175/2024, bem como no Anexo II do Regimento Interno da Conferência Estadual das Cidades, que define a quantidade mínima de representantes por município, de acordo com sua população. No caso específico de Florianópolis, o quantitativo fixado é de 10 (dez) delegados(as).

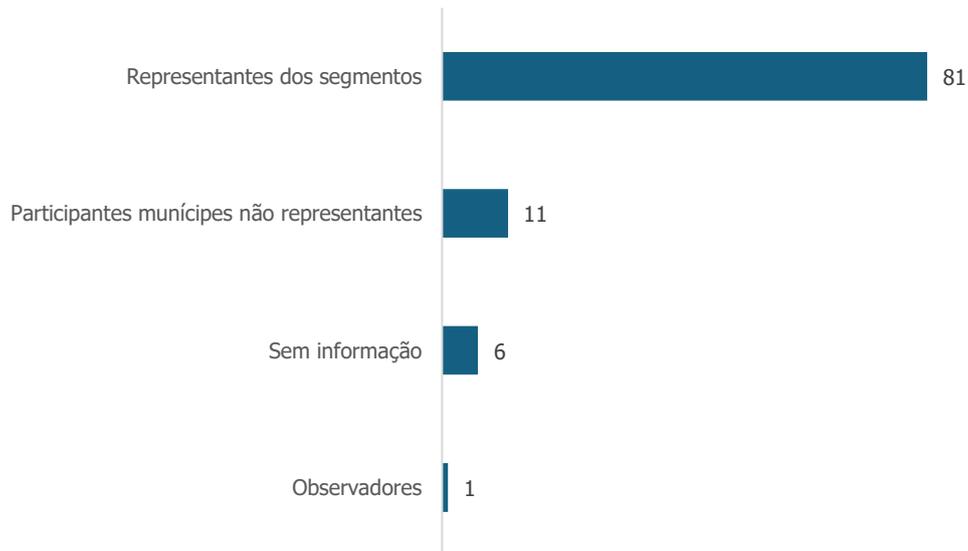
A composição dos segmentos obedece aos parâmetros definidos no Art. 29 do Regimento Interno da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Florianópolis, conforme descrito:

“Art. 29º O Município de Florianópolis deverá eleger 10 (dez) delegados municipais para participação na Etapa Estadual, sendo 4 (quatro) representantes do poder público, 2 (dois/duas) representantes de movimentos populares, 1 (um/uma) representante de entidades sindicais, 1 (um/uma) representante de entidades empresariais, 1 (um/uma) representante de entidades profissionais e acadêmicas e 1 (um/uma) representante de ONGs, conforme quadro abaixo.”

Os delegados eleitos são responsáveis por representar os interesses da sociedade florianopolitana, garantindo a participação social efetiva e a defesa das propostas construídas coletivamente na etapa municipal durante o processo da Conferência Estadual das Cidades.

Na votação para delegados, houve 99 presentes com maior participação de Representantes dos segmentos (81), seguidos de participantes municipais não representantes (11), Sem informação (6) e Observadores (1) conforme o gráfico a seguir:

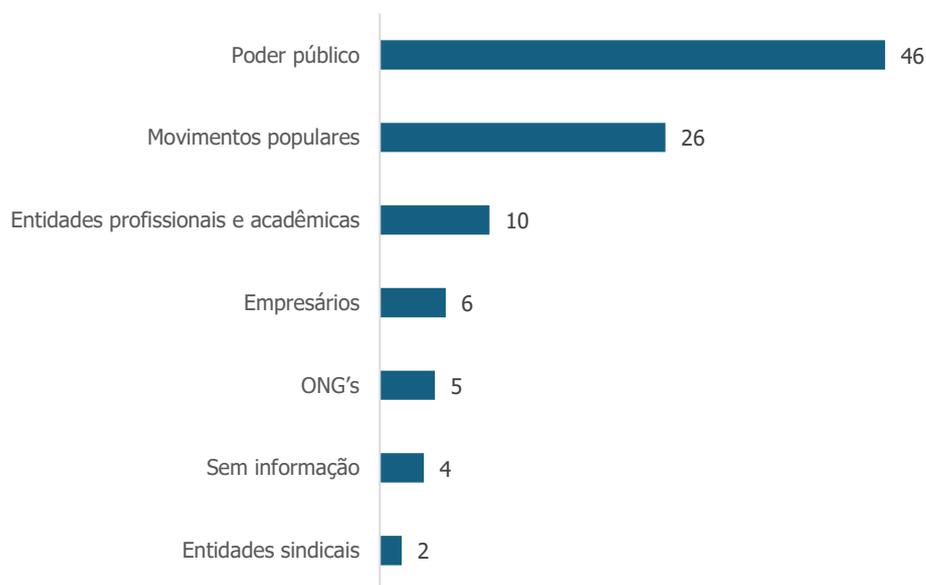
Gráfico 10. Número de participantes da votação para delegados por categorias



Fonte: Lista de presença (2025)

Quando separado pelos segmentos, o maior número de participantes se deu pelo Poder público (46), seguidos de Movimento Populares (26), Entidades profissionais e acadêmicas (10), Empresários (6), ONG's (5), Sem informação (4) e Entidades Sindicais (2) conforme gráfico a seguir:

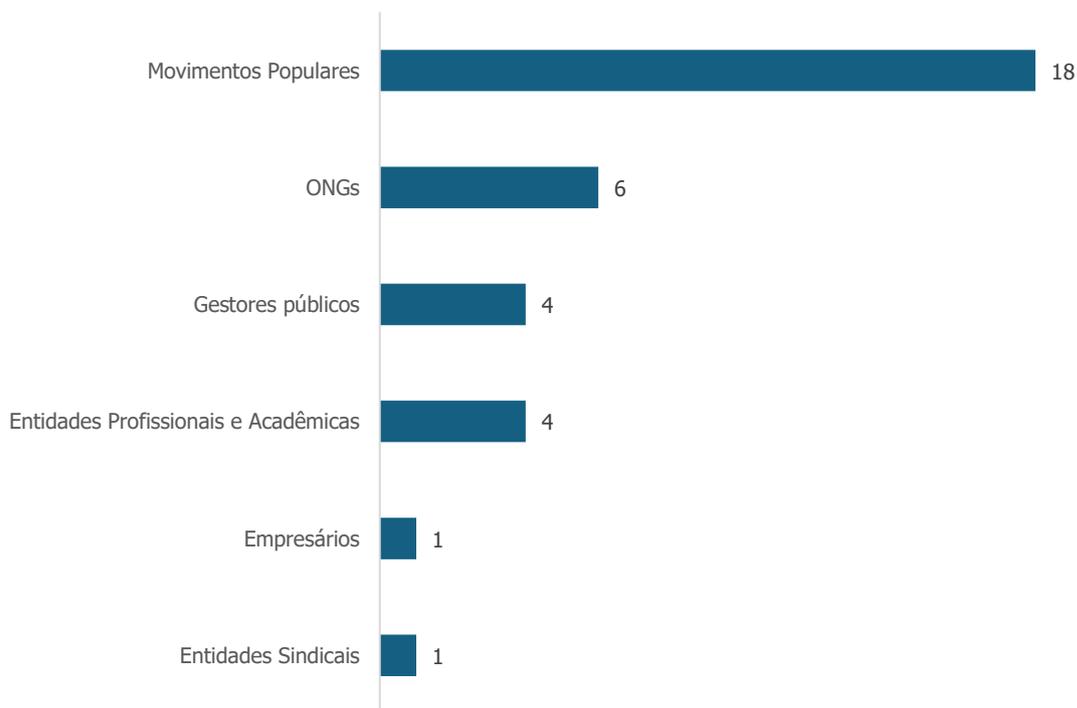
Gráfico 11. Número de presentes na votação para delegados por segmentos



Fonte: Lista de presença (2025)

Foram apresentados 35 candidatos para o cargo de delegado, sendo 18 representados por candidatos de Movimentos Populares, 6 por ONG's, 4 por Gestores Públicos, 4 por Entidades profissionais e Acadêmicas, 1 Empresário e 1 de Entidades Sindicais conforme gráfico abaixo:

Gráfico 12. Número de candidatos à delegados por segmentos



Fonte: Atas da conferência (2025)

Dos 35 candidatos, 10 foram os maiores votados e homologados como delegados na assembleia geral.

Tabela 15. Candidatos à delegado e resultado geral da votação

Delegados - situação	Nº de participantes	Part. (%) sobre o total
Delegados aptos a serem votados	35	100,0%
Delegados não homologados	25	71,4%
Delegados homologados	10	28,6%

Fonte: Atas da conferência (2025)

A lista dos eleitos e participantes esta descrita na tabela a seguir:

Tabela 16. Candidatos e eleitos à delegado

Nome Completo	Segmento	Titular ou suplente	Homologado em plenária	Entidade
Cibele Assmann Lorenzi	Gestores públicos	Titular	Delegados homologados	Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano
Kelly Cristina Vieira	Gestores públicos	Titular	Delegados homologados	Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano
Pedro Castelhana	Gestores públicos	Titular	Delegados homologados	Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano
Telma Pitta	Gestores públicos	Suplente	Delegados homologados	Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano
Nelson Brum Motta	ONGs	Titular	Delegados homologados	Associação Cultural Baiacu de Alguém
Albertina Prá da Silva	Movimentos populares	Titular	Delegados homologados	Associação do Bairro Itacorubi (ABI)
Raquel Santos Araújo	Movimentos populares	Titular	Delegados homologados	Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB)
Maria da Graça Agostinho	Entidades sindicais	Titular	Delegados homologados	Sindicato de arquitetos e Urbanistas de Santa Catarina (SASC)
Elson Pereira	Entidades profissionais e acadêmicas	Titular	Delegados homologados	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Carlos Berenhauser Leite	Empresário	Titular	Delegados homologados	Sindicato da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis (Sinduscon)
Celina Duarte Rinaldi	ONGs	-	Delegados não homologados	
Juci Tomais	ONGs	-	Delegados não homologados	
Lino Peres	ONGs	-	Delegados não homologados	
Vera Lucia Bridi	ONGs	-	Delegados não homologados	
Rejane Varela	ONGs	-	Delegados não homologados	Hope House

Nome Completo	Segmento	Titular ou suplente	Homologado em plenária	Entidade
Aline Amábile Zimmermann	Movimentos populares	-	Delegados não homologados	
Camila Muniz Melo	Movimentos populares	-	Delegados não homologados	
Ive Cunha	Movimentos populares	-	Delegados não homologados	
Kelly Cabral	Movimentos populares	-	Delegados não homologados	
Lafaiete Santos Neves	Movimentos populares	-	Delegados não homologados	
Láís Chaud	Movimentos populares	-	Delegados não homologados	
Marcio Jose Mandes	Movimentos populares	-	Delegados não homologados	
Matheus Henrique Wagner	Movimentos populares	-	Delegados não homologados	
Nanci Rosa	Movimentos populares	-	Delegados não homologados	
Saionara de Jesus dos Santos	Movimentos populares	-	Delegados não homologados	
Suzana de Souza	Movimentos populares	-	Delegados não homologados	
Valdeir Martins	Movimentos populares	-	Delegados não homologados	
Wilson Luis Morinel Martins (Májè)	Movimentos populares	-	Delegados não homologados	
Zoraia Vargas Guimarães	Movimentos populares	-	Delegados não homologados	
Rode Anelia Martins	Movimentos populares	-	Delegados não homologados	Associação Comunitária Do Centro Oriental De Florianópolis (Acof)
Elaine Sallas	Movimentos populares	-	Delegados não homologados	Periferia na Luta
Juliana Cordula Dreher de Andrade	Entidades sindicais	-	Delegados não homologados	
Bruno de Oliveira Carreirão	Entidades profissionais e acadêmicas	-	Delegados não homologados	

Nome Completo	Segmento	Titular ou suplente	Homologado em plenária	Entidade
Francisco Eduardo Sá	Entidades profissionais e acadêmicas	-	Delegados não homologados	
Lorena Babot	Entidades profissionais e acadêmicas	-	Delegados não homologados	Conselho de arquitetura e urbanismo

Fonte: Atas da conferência (2025)

9. PROPOSTAS HOMOLOGADAS – RESULTADO GERAL

Um dos pontos de maior relevância da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Florianópolis consistiu na aprovação de propostas, que têm por objetivo tanto a transformação da realidade local quanto o encaminhamento às etapas subsequentes — Conferência Estadual e, posteriormente, à Conferência Nacional das Cidades.

A definição do número de propostas a serem encaminhadas pelas conferências municipais à Conferência Estadual obedece às regras estabelecidas pela Comissão Organizadora Estadual de Santa Catarina, com a devida homologação pela Coordenação Nacional. O critério adotado considera o porte populacional do município.

No caso específico de Florianópolis, em função de seu quantitativo populacional, ficou estabelecido que o município deverá encaminhar até 12 propostas aprovadas. Essa diretriz também foi formalizada no Regimento Interno da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Florianópolis, que, em seu Art. 27, assim dispõe:

“Art. 27. A Plenária Final será formada pelos participantes com direito a voto devidamente credenciados. Parágrafo único. A quantidade de propostas a serem encaminhadas por município à Conferência Estadual será de 8 (oito) a 12 (doze) propostas.”

Ao todo foram discutidas 79 propostas pelos 3 grupos e eixos de trabalho, dessas 15,2% do total foram de fato aprovadas e homologadas na votação geral e final.

Tabela 17. Total de propostas apresentadas, aprovadas em grupo e homologadas

Propostas	Eixo 1: Articulação entre os principais setores urbanos e com o planejamento das políticas públicas.	Eixo 2: Gestão Estratégica e Financiamento	Eixo 3: Grandes Temas Transversais	Total
Propostas apresentadas	44	16	19	79
Propostas aprovados no grupo	6	6	6	18
Propostas Homologadas	5	4	3	12
Percentual de propostas homologadas	11,4%	25,0%	15,8%	15,2%

Fonte: Atas da conferência (2025)

Foram então desta forma aprovadas e homologadas 12 propostas a serem encaminhadas à etapa estadual, em conformidade com parágrafo único do art. 27º do Regimento interno 6º Conferência Municipal de Cidade de Florianópolis, de modo que o eixo 1 obteve 5 propostas; o eixo 2 com 4 e o eixo 3 com 3 propostas aprovadas e homologadas pela conferência da cidade de Florianópolis.

Tabela 18. Propostas aprovadas e homologadas e total de votos obtidos

Propostas	Teor das propostas	Votos	Grupos
1	Promover e efetivar modelo de governo interfederativas das regiões metropolitanas, de modo a equilibrar as relações e o desenvolvimento dos estados e municípios de diferentes portes, bem como instituindo o fundo nacional de regiões metropolitanas (conforme previa originalmente o Estado da Metrópole)	42	Eixo 2: Gestão Estratégica e Financiament o
2	Implementar políticas de mobilidades sustentável, ambientalmente responsável, garantindo a intermodalidade com transporte público integrado e priorizando a mobilidade ativa desenvolvendo uma rede contínua de espaços públicos, vias e praças, que articulem mobilidade ativa, acessibilidade universal, segurança urbana e arborização, adaptando-se à morfologia da cidade, para promover deslocamentos seguros equitativos e ambientalmente qualificados. Estabelecer regras de redução de velocidade nas vias urbanas para a segurança de pedestres e ciclistas	42	Eixo 1: Articulação entre os principais setores urbanos e com o planejamento das políticas públicas.
3	Estender o Plano nacional Gestão de Riscos e Resposta à Desastre Naturais para além dos fenômenos perigosos que ocorrem em encostas, incluindo os fenômenos que ocorrem nas planícies,	40	Eixo 3: Grandes Temas Transversais

Propostas	Teor das propostas	Votos	Grupos
	como enchentes, inundações, alagamento e erosão costeiras		
4	Assegurar recursos específicos no PPA e LOAS para a implementação de planos e programas de mobilidades urbana, mudanças climáticas, habitação, saneamento e desenvolvimento urbano. Garantir a participação dos Conselhos Municipais e o Conselho da Cidade, na construção desses planos, promovendo controle social, orçamento participativo e gestão democrática, definindo percentuais mínimos para políticas urbanas, com base nas necessidades locais identificadas em processos participativos da sociedade	38	Eixo 1: Articulação entre os principais setores urbanos e com o planejamento das políticas públicas.
5	Elaborar planos intermunicipais de habitação em regiões metropolitanas, articulando municípios e Estado para garantir integração na política pública. Implementar locação social com gestão pública ou público-privado assegurando, mediante subsídio público, que o aluguel não ultrapasse 20% da renda familiar das beneficiadas. Aprovar e implementar nos municípios programas de assistência técnica gratuita para Habitação de Interesse Social (ATHIS),	38	Eixo 1: Articulação entre os principais setores urbanos e com o planejamento das políticas públicas.
6	Apoiar a implementação de sistemas de saneamento ecológicos individuais bem como de cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos, com suporte técnico para familiar sem recursos; Implementar soluções baseadas na natureza nas zonas costeiras e sistemas compactos para áreas centrais; separa águas pluviais e esgoto sanitários nas redes públicas; Recupera, fortalecer e consolidar o interesse público na prestação dos serviços de saneamento, em coexistência e harmonia com a iniciativa privadas conforme preconiza o Marco Legal do Saneamento	34	Eixo 1: Articulação entre os principais setores urbanos e com o planejamento das políticas públicas.
7	Promover a justiça territorial em áreas sem infraestrutura ou com infraestrutura insuficiente, contribuindo para coibir a atuação de grupos criminosos, garantindo o controle público sobre os territórios populares	34	Eixo 3: Grandes Temas Transversais
8	Implementar sistema de participação popular no planejamento e tomada de decisões, de forma presencial, utilizando tecnologias atuais, como blockchain e código aberto, para transparência e celeridade nas decisões tomadas	32	Eixo 3: Grandes Temas Transversais
9	Integração do transporte urbano nas regiões metropolitanas, com modais alternativos como por exemplo VLT, transporte marítimo. Garantir o controle público no sistema de transporte. Construir uma política pública de custeio da tarifa zero com fundos municipais de mobilidade urbana e previsão de rubricas específicas nas leis orçamentarias	31	Eixo 1: Articulação entre os principais setores urbanos e com o planejamento das políticas públicas.

Propostas	Teor das propostas	Votos	Grupos
10	Instituir fundo nacional de transporte público com a finalidade de assegurar recursos para a subsídio das tarifas dos serviços de transporte público coletivo urbano, semiurbano ou metropolitano dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme PL n. 3413/2023, com aprovação do sistema único de mobilidade (SUM)	31	Eixo 2: Gestão Estratégica e Financiament o
11	Criar incentivos federais para os municípios que implementarem e atualizarem com sucesso o Cadastro Territorial Multifinalitário e urbana, bem como o desenvolvimento de políticas públicas baseadas em informações	28	Eixo 2: Gestão Estratégica e Financiament o
12	Prever e garantir instrumentos no PNDU que possibilite a regulação e o controle sobre a exploração dos recursos naturais para a prevenção da mercantilização dos bens comuns	27	Eixo 2: Gestão Estratégica e Financiament o

Fonte: Atas da conferência (2025)

Dessa forma, foram discutidas, deliberadas e aprovadas 12 propostas, observando-se o limite máximo estabelecido no Regimento Interno da Conferência. Tal medida visa assegurar ampla representatividade dos interesses e das demandas locais, fortalecendo a participação social na construção de políticas públicas urbanas.

As propostas aprovadas serão devidamente encaminhadas e debatidas na 6ª Conferência Estadual das Cidades, cuja realização está prevista para os dias 10, 11 e 12 de junho de 2025, em estrita conformidade com as disposições estabelecidas na Portaria SEPLAN nº 33/2024.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Conferência Municipal das Cidades desempenha papel estratégico na promoção da participação social na formulação das políticas públicas de desenvolvimento urbano. Este espaço democrático tem como objetivo promover debates qualificados sobre os desafios, as potencialidades e as prioridades do município, ao mesmo tempo em que estabelece conexão direta com as etapas estadual e nacional do processo conferencial, contribuindo para a construção de diretrizes integradas para as cidades.

A realização da Conferência Municipal das Cidades observa o cumprimento de normas específicas que asseguram sua legitimidade e validade. Nesse sentido, a Portaria MCID nº 175/2024, de âmbito nacional, estabelece as diretrizes gerais para a realização das etapas municipal, estadual e nacional.

No caso de Florianópolis, a 6ª Conferência Municipal da Cidade foi organizada como etapa preparatória para a 6ª Conferência Estadual das Cidades, cuja realização está prevista para os dias 10, 11 e 12 de junho de 2025, em conformidade com as disposições da Portaria SEPLAN nº 33/2024.

A 6ª Conferência Estadual das Cidades, por sua vez, será composta por representantes indicados e eleitos nas conferências municipais. Sua finalidade é promover a análise crítica, a formulação de propostas e a definição de diretrizes para as políticas públicas de desenvolvimento urbano no Estado de Santa Catarina, bem como contribuir para a efetiva implementação dessas políticas tanto no âmbito estadual quanto nos municípios catarinenses.